

Indicadores de Sustentabilidade de Instituições Financeiras: uma análise evolutiva da evidenciação voluntária baseada no relatório GRI

Maria Thereza Pompa Antunes (UPM) - mariathereza@mackenzie.com.br

Marco Antonio Figueiredo Milani Filho (Mackenzie) - mmilani@usp.br

Pedro Henrique Condini (UPM) - pedrocondini@terra.com.br

Resumo:

Este estudo, de natureza descritiva, abordou o tema sustentabilidade no âmbito das instituições financeiras brasileiras com o objetivo geral de apresentar e comparar a evolução do nível de evidenciação das informações sobre sustentabilidade divulgadas no período de 2007 a 2009, tendo como base as três dimensões do relatório GRI: econômica, ambiental e social. Analisaram-se as informações evidenciadas de 16 bancos que atuam no segmento de varejo. A análise dos resultados permitiu verificar que, de forma geral, as instituições aumentaram o nível de divulgação das informações sobre sustentabilidade no período analisado, destacando-se a dimensão social, a qual foi a vertente que mais atraiu a atenção e esforços dos bancos para a respectiva divulgação de resultados. Os indicadores das dimensões ambientais e econômica, apesar de presentes na maioria das observações da amostra, ainda não contam com 100% de evidenciação. Os resultados sugerem que os bancos analisados estão em linha com a tendência mundial em evidenciar informações econômicas e sócio-ambientais, por meio do relatório GRI, de forma consistente e abrangente, muito embora não atingindo a totalidade dos indicadores de desempenho nas três dimensões.

Palavras-chave: *Sustentabilidade. Disclosure. Instituições bancárias*

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Indicadores de Sustentabilidade de Instituições Financeiras: uma análise evolutiva da evidenciação voluntária baseada no relatório GRI

Resumo

Este estudo, de natureza descritiva, abordou o tema sustentabilidade no âmbito das instituições financeiras brasileiras com o objetivo geral de apresentar e comparar a evolução do nível de evidenciação das informações sobre sustentabilidade divulgadas no período de 2007 a 2009, tendo como base as três dimensões do relatório GRI: econômica, ambiental e social. Analisaram-se as informações evidenciadas de 16 bancos que atuam no segmento de varejo. A análise dos resultados permitiu verificar que, de forma geral, as instituições aumentaram o nível de divulgação das informações sobre sustentabilidade no período analisado, destacando-se a dimensão social, a qual foi a vertente que mais atraiu a atenção e esforços dos bancos para a respectiva divulgação de resultados. Os indicadores das dimensões ambientais e econômica, apesar de presentes na maioria das observações da amostra, ainda não contam com 100% de evidenciação. Os resultados sugerem que os bancos analisados estão em linha com a tendência mundial em evidenciar informações econômicas e sócio-ambientais, por meio do relatório GRI, de forma consistente e abrangente, muito embora não atingindo a totalidade dos indicadores de desempenho nas três dimensões.

Palavras-chave: Sustentabilidade. *Disclosure*. Instituições bancárias

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

1 Introdução

Nas últimas décadas, o papel social das empresas vem sendo discutido com interesse crescente por acadêmicos, gestores públicos e privados, por representantes de organizações sem fins lucrativos e pela sociedade em geral, culminando pela demanda da divulgação das políticas e práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), como parte do contexto da sustentabilidade empresarial.

A Responsabilidade Social Corporativa é um conceito vinculado à inclusão voluntária das preocupações sociais e ambientais nas operações empresariais e nas relações entre a empresa e seus *stakeholders*. Nielsen e Madsen (2009) argumentam que a preocupação com as questões sociais e ambientais está associada à noção de transparência na qual há uma relação de interdependência entre a alta gestão organizacional e suas partes relacionadas, envolvendo a responsabilidade e prestação de contas àqueles agentes que podem afetar ou serem afetados pelas ações das organizações empresariais. Trata-se de uma abordagem genérica, mas que se insere em outro conceito bastante difundido, o da sustentabilidade, a qual considera os resultados econômico-financeiros, sociais e ambientais gerados por uma empresa.

Nesse sentido, segundo Milani Filho (2008), um dos principais objetivos da publicação de tais relatórios e, também, da obtenção de certificações específicas, é a redução da assimetria informacional entre a empresa e seus diferentes públicos (interno e externo).

Entretanto, não se verifica a obrigatoriedade nem a padronização de forma e conteúdo dos relatórios de sustentabilidade corporativa; diferentes modelos de relatórios têm surgido, mas nenhum deles é adotado uniformemente. Algumas das vantagens de se utilizar um relatório padronizado, segundo a literatura consultada, referem-se à comparabilidade e redução de custos da informação.

Como exemplos de certificações e relatórios, têm-se: NBR 16001 (Associação Brasileira de Normas Técnicas); ISO 14001 e ISO 26000 (*International Organization for Standardization*); SA 8000 (*Social Accountability Institute*); AA 1000 (*Institute of Social and*

Ethical Accountability); Indicadores de Responsabilidade Social (Instituto Ethos) e Balanço Social (IBASE). Porém, identifica-se que um dos modelos que vem se destacando pelo uso crescente por grandes empresas americanas, européias e brasileiras, nos últimos anos, é o da organização GRI - *Global Reporting Initiative*.

Segundo o *Social Investment Research Analysts Network* (SIRAN, 2009), no período de 2005 a 2007, mais de metade das 100 maiores empresas de capital aberto dos Estados Unidos evidenciou informações sobre sustentabilidade e, dessas, cerca de 70% adotaram elementos propostos pelo GRI. Segundo a *International Survey on Corporate Reporting* (KPMG, 2008), cerca de 80% das 250 maiores empresas do mundo divulgam dados sobre a responsabilidade social corporativa e, dessas, 75% adotam os itens preconizados pela GRI.

Considerando-se que o modelo GRI é uma das principais referências mundiais para a evidenciação de informações relativas à sustentabilidade corporativa, este estudo tem por objetivo principal apresentar e comparar a evolução do nível de evidenciação das informações sobre sustentabilidade divulgadas por bancos brasileiros, no período de 2007 a 2009, tendo como base o relatório GRI. Por bancos brasileiros entendem-se todas as instituições que operam no Brasil divulgando informações contábeis ao mercado, independentemente de possuir sócios ou controladores estrangeiros.

Considerando que o setor financeiro é um dos setores cuja imagem social é associada à externalidades negativas (FERGUSON, 2009), mas, por outro lado, essas instituições desempenham papel relevante no desenvolvimento econômico mundial (ANDREZZO; LIMA, 1999), entende-se ser pertinente e relevante o presente estudo.

2 Referencial teórico

2.1 GRI e o modelo de relatório G3

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização holandesa privada, sem fins lucrativos, com a missão declarada de desenvolver e disseminar diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade corporativa, a serem utilizados e publicados de maneira voluntária por organizações em todo o planeta (GRI, 2010). Busca-se, desde a sua criação em 1997, a construção de um padrão de relatório que abranja os principais elementos relacionados à sustentabilidade, baseados no conceito do *Triple Bottom Line* (tríplice aspecto: econômico-financeiro, social e ambiental).

A primeira versão do modelo, chamado de G1, foi apresentada em 2000 e apontou os elementos que o relatório sobre o desenvolvimento sustentável teria que incluir, a saber: descrição da companhia; estratégia; política de desenvolvimento sustentável; envolvimento dos gestores com as práticas sociais e ambientais; relacionamento com as partes interessadas; indicadores de desempenho ambiental, social e econômico; assim como indicadores integrados do desenvolvimento. O modelo G1 deveria assegurar a prestação de informações claras e detalhadas sobre o desempenho sustentável da organização, incluindo os seus impactos positivos e negativos na sociedade. Esperava-se que o relatório também pudesse ser utilizado para a verificação de conformidade legal (*compliance*).

O aperfeiçoamento do modelo GRI ocorre mediante a identificação das expectativas e necessidades dos usuários dessas informações, assim como pela contribuição por meio de idéias e sugestões oferecidas regularmente por profissionais e colaboradores ao redor do mundo. A última versão das diretrizes, denominada G3, foi lançada em 2006 e conta com protocolos técnicos para todos os indicadores de desempenho (INSTITUTO ETHOS, 2010). O modelo GRI-G3 inclui três tipos de grupos informacionais: perfil organizacional, indicadores de desempenho e abordagem de gestão (GRI, 2010).

Para Dingwerth e Eichinger (2010), o sucesso de GRI, inclusive entre empresas pequenas e médias, é explicado pela simplicidade e adaptabilidade de como a estrutura do

relatório foi desenhada, o mesmo podendo ser adotado com maior flexibilidade por diferentes organizações, ao contrário das iniciativas promovidas por outras entidades, que geralmente volta-se para um setor específico ou a questões sociais específicas.

Os indicadores de desempenho do relatório GRI são subdivididos em:

- Indicadores econômicos: refletem a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável, assim como o impacto econômico da empresa junto aos seus *stakeholders* e ao sistema econômico em âmbito local, nacional, e global. Esses indicadores descrevem fluxos importantes de recursos entre as diferentes partes relacionadas, inclusive o valor distribuído e a riqueza gerada.
- Indicadores ambientais: procuram apontar o impacto da organização nos sistemas naturais, com ênfase no consumo de recursos (matéria-prima, energia, água etc.) e nas saídas do processo produtivo (produto, serviços, emissões, desperdício etc.), além de sinalizar a política e os investimentos ambientais. Nesse item, deve-se apontar a conformidade legal e os esforços para reduzir a ação destrutiva no meio ambiente.
- Indicadores sociais: refletem o impacto da organização nos sistemas sociais onde funciona, e são subdivididos em: Indicadores de desempenho relacionados às políticas e às condições de trabalho (saúde do trabalhador, segurança ocupacional, treinamento etc.); Indicadores de desempenho relacionados aos direitos humanos (discriminação de qualquer tipo, uso de mão-de-obra infantil etc.); Indicadores do desempenho relacionados à sociedade (corrupção, contribuição política, conformidade legal etc.); Indicadores do desempenho relacionados à responsabilidade do produto (saúde e segurança do consumidor etc.).

Considerando a concepção integrada que atrela o sucesso de uma organização à sua capacidade de tornar-se sustentável (AUPPERLE *et al*, 1985), os elementos presentes em relatórios de sustentabilidade são estratégicos. Nesse sentido, quanto mais transparente for uma entidade, mais os seus *stakeholders* terão condições de projetar a situação econômico-financeira da empresa no longo prazo, reduzindo riscos e aumentando a confiança nas informações disponibilizadas. Assim, vinculados à estratégia corporativa, os relatórios de sustentabilidade podem fornecer informações necessárias aos modelos decisórios de diferentes usuários informacionais.

2.2 Disclosure socioambiental

Segundo Gomes (2006) disclosure é a divulgação por parte das organizações de todas as informações que tenham relevância para os usuários e demais interessados, podendo ser de natureza obrigatória (compulsório ou legal) ou voluntária.

Conforme Hendriksen e Van Breda (1999), a complexidade das relações empresariais com seus respectivos ambientes de atuação estimulou a ampliação dos grupos que possuem interesse no desempenho corporativo, inclusive sobre o desempenho social. Desde os trabalhos iniciais de Ramanathan (1976), que apontaram aspectos centrais para o desenho de um arcabouço teórico da contabilidade social corporativa, diversos outros autores, como por exemplo, Anderson e Frankle (1980), Ullmann (1985), Tilt (1994), Gray, Kouthy e Lavers (1995) e O'Dwyer (2003), entre outros, destacaram a necessidade de evidenciação das informações sobre os impactos sociais causados pelas organizações.

Para Anderson e Frankle (1980), a divulgação pública de um conjunto de informações sobre o envolvimento da empresa com a comunidade, funcionários, meio-ambiente e benefícios dos produtos oferecidos é conhecido como *Disclosure Social*. Hackston e Milne (1996, p. 82) complementam ao afirmarem que o Disclosure Social é “[...] a provisão de informações financeiras e não-financeiras relacionadas à interação de uma organização com

seus ambientes físico e social, como declarado nos relatórios corporativos anuais ou nos relatórios complementares.”

Tilt (1994) afirma a evidenciação das práticas sociais não ocorre, somente, pelas informações presentes nos relatórios anuais ou relatórios sociais específicos, mas também pela utilização de diversos tipos de mídias, considerando, também, a divulgação ocorrida via assessorias de imprensa e comunicação.

Conforme Milani Filho (2008) alerta, o simples fato de se publicar informações de caráter socioambiental, sem a devida evidenciação e comprovação dos fatos, não implica em comprometimento com a sociedade nem dimensiona as ações sociais da organização junto aos seus diferentes públicos.

Ullmann (1985) sugere que o nível de divulgação das práticas sociais de uma empresa é proporcional à pressão exercida pelos *stakeholders* para acessar essas informações e, ainda, que o *disclosure* social está diretamente relacionado com o desempenho social, ou seja, as empresas aumentam a quantidade de informações divulgadas voluntariamente quanto mais favoráveis forem os resultados sociais.

Ao analisarem os relatórios contábeis de aproximadamente 100 empresas no Reino Unido durante o período de 1979 a 1991, Gray, Kouthy e Lavers (1995) apontaram a existência de relação estatisticamente significativa entre a quantidade das informações ambientais divulgadas e as seguintes variáveis: porte da empresa; setor de atuação e; país de origem do capital. Oliveira (2005), por sua vez, verificou em estudo sobre os balanços sociais das 500 maiores empresas brasileiras não-financeiras que o porte está relacionado a divulgação de informações sociais e que as entidades que mais realizam esse tipo de divulgação atuam em setores tradicionalmente ligados a impactos socioambientais negativos, como petróleo, eletricidade e gás.

2.3 Indicadores de *disclosure*

Segundo Nelson *et al.* (2003), um indicador de *disclosure* pode ser caracterizado como um instrumento adotado para medir a existência de um conjunto de determinados itens e, também, para analisar a qualidade da evidenciação informacional apresentada. Ao somar-se a pontuação de cada item, a pontuação final indicará a quantidade e a qualidade dessa divulgação. Considerando que o nível de *disclosure* de uma organização é estimado sobre modelos conceituais, faz-se necessário o levantamento de estudos anteriores sobre o assunto para o embasamento do indicador a ser utilizado na pesquisa atual.

Os trabalhos científicos sobre indicadores de *disclosure* segregam os elementos de divulgação voluntária e involuntária (obrigatória), com ênfase à divulgação voluntária de itens financeiros e não-financeiros das empresas de mercado. Dentre os autores mais citados, estão: Botosan (1997), Hail (2002), Eng e Mak (2003), Lanzana (2004) e Bhojraj *et al.* (2004).

Para Francis *et al.* (2008), métricas de *disclosure* têm a desvantagem de não poderem ser replicadas facilmente porque são elaboradas considerando o julgamento subjetivo do pesquisador, o qual pode aumentar ou diminuir, por conveniência, o peso dos itens que serão considerados no estudo.

Diante da ausência de uniformidade e padrão comparativo sobre as informações socioambientais corporativas, a construção do indicador de *disclosure* deve ser feita considerando o contexto e as características das empresas e das informações analisadas, assim como o foco de estudo do pesquisador. A ausência de auditoria dessas informações é, geralmente, apontada como uma limitação dos estudos desenvolvidos.

3 Metodologia

Este estudo se caracteriza como do tipo descritivo, quanto aos seus objetivos e documental, quanto aos procedimentos com uso de fontes secundárias (BEUREN, 2008).

A amostra foi composta por 16 maiores bancos brasileiros que atuam no segmento de varejo, e que publicam o relatório GRI, constantes do *ranking* divulgado pela revista Gazeta Mercantil, edição de julho de 2008, a saber: Itaú; BRB, Unibanco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Real, Bradesco, Banrisul, Santander, Banese, Besc, HSBC, Banestes, Nossa Caixa, Banpara e Basa.

Os dados foram coletados do Relatório Anual divulgado por essas instituições e acessados no banco eletrônico de dados disponibilizado pela BMF&FBOVESPA.

Adotou-se como critério para a análise comparativa a presença ou ausência de indicadores estabelecidos pelo GRI *Guideline* (GRI, 2010), os quais totalizam 51 itens, distribuídos em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Ressalta-se o fato de que a os relatórios analisados das instituições Itaú e Unibanco foram tratados separadamente, apesar da fusão ocorrida entre essas instituições no final de 2008. Essa situação limita a continuidade de análises posteriores ao período considerado nesta pesquisa, pois o último relatório GRI do Unibanco foi publicado em 2009.

4 Apresentação e análise dos resultados

Na seqüência são apresentados e analisados os indicadores componentes do relatório GRI, conforme as dimensões de desempenho econômico, ambiental e social.

4.1 Indicadores de desempenho econômico

Composto por 9 elementos, a dimensão econômica do GRI compreende os indicadores conforme evidenciado no Quadro 1.

EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído;
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas
EC3	Plano de pensão de benefício definido que a organização oferece
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo
EC5	Proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores
EC7	Contratação local da alta gerência recrutada comunidade local
EC8	Investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos
EC9	Impactos econômicos indiretos significativos

Quadro 1. Indicadores econômicos

Fonte: GRI (2010)

A Tabela 1 exibe os resultados obtidos por meio da análise das informações divulgadas pelos bancos que compuseram a amostra para a dimensão econômica.

Tabela 1 – Presença de indicadores econômicos

Instituição	ECON		
	2007	2008	2009
BB	100%	100%	100%
Bradesco	100%	100%	100%
Itaú	89%	100%	100%
CEF	67%	100%	100%
Unibanco	56%	100%	100%
Banrisul	44%	100%	100%
Real	78%	89%	89%

BRB	67%	89%	89%
Santander	33%	89%	89%
Banestes	0%	78%	78%
Banpara	56%	67%	67%
HSBC	56%	56%	56%
Basa	44%	56%	56%
Nossa Caixa	44%	44%	44%
Banese	0%	0%	0%
Besc	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se observar por meio da análise dos dados contidos na Tabela 1 a presença totalizada dos itens relacionados à dimensão econômica. Destaca-se o fato de que, das 16 instituições analisadas, 2 delas (Banco do Brasil e Bradesco) já informavam todos os 9 indicadores previstos, desde o início do período considerado e os mantiveram regularmente.

Nota-se que 4 bancos (Itaú, CEF, Unibanco e Banrisul) aumentaram a quantidade de indicadores apresentados e culminaram com 100% de informações disponibilizadas sobre o aspecto econômico. Destaca-se, ainda, o Banrisul, que iniciou o período com 44% de indicadores possíveis e demonstrou significativa evolução.

Com exceção dos bancos Banese e Besc, os quais não apresentaram informações sobre essa dimensão durante todo o período de 2007 a 2009, as demais instituições variaram positivamente a quantidade de informações disponibilizadas, representando os esforços para se adequar às orientações informacionais do relatório GRI.

4.2 Indicadores de desempenho ambiental

A dimensão ambiental é a mais enfatizada pelo relatório GRI, contando com 30 indicadores segmentados em 5 subgrupos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões e produtos e serviços. Os Quadros 2 e 3 apresentam os itens individualmente.

-
- EN1 - Materiais usados por peso ou volume
 - EN2- Percentual dos materiais usados de reciclagem
 - EN3- Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primaria
 - EN4 - Consumo de energia indireta discriminado por fonte primaria
 - EN5 - Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência
 - EN6 - Produtos e serviços com baixo consumo de energia
 - EN7 - Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta
 - EN8 - Total de retirada de água por fonte
 - EN9 - Fontes hídricas significativamente afetadas por retiradas de água
 - EN10 - Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada
 - EN11 - Áreas possuídas dentro de áreas protegidas
 - EN12 - Impactos significativos na biodiversidade
 - EN13 - Habitats protegidos ou restaurados
 - EN14 - Gestão de Impactos na biodiversidade
 - EN15 - Lista Vermelha da IUCN
-

Quadro 2 – Indicadores ambientais (materiais, energia e água)

Fonte: GRI (2010)

-
- EN16 - Emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso
 - EN17 - Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso
 - EN18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas
 - EN19 - Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso
 - EN20- NO1, SO1 e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso
 - EN21 - Descarte Total de água, por qualidade e destinação
 - EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição
 - EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos
 - EN24 - Resíduos considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia
 - EN25 - Habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água
 - EN26 - Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços
 - EN27 - Embalagens recuperadas
 - EN28 - Multas Resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais
 - EN29 - Impactos ambientais Significativos do transporte de produtos
 - EN30 - Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo
-

Quadro 3 – Indicadores ambientais (biodiversidade, emissões e produtos e serviços)

Fonte: GRI (2010)

A Tabela 2 exibe os resultados obtidos por meio da análise das informações divulgadas pelos bancos que compuseram a amostra para a dimensão ambiental do GRI.

Tabela 2 – Presença de indicadores ambientais

Instituição	AMB		
	2007	2008	2009
Itaú	90%	83%	83%
BRB	30%	83%	83%
Unibanco	50%	77%	77%
BB	40%	77%	77%
CEF	27%	73%	73%
Real	57%	57%	60%
Bradesco	93%	47%	47%
Banrisul	27%	47%	47%
Santander	43%	43%	43%
Banese	37%	40%	40%
Besc	33%	40%	40%
HSBC	3%	3%	3%
Banestes	0%	0%	0%
Nossa Caixa	0%	0%	0%
Banpara	0%	0%	0%
Basa	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise desses resultados permite observar que nenhuma instituição da amostra estudada apresenta 100% de indicadores relacionados à dimensão ambiental, sendo que 4 bancos (Banpara, HSBC, Basa e Banese) não apresentam qualquer indicador e que o Banco

Itaú, apesar de ser o banco com maior nível de evidenciação (83%) em 2009, reduziu a quantidade de informações ambientais no relatório GRI, pois chegou a apresentar 90% de presença de indicadores em 2007.

Ao se analisar os elementos específicos que sofreram redução, ou deixaram de ser apresentados, foi identificado o subgrupo biodiversidade como o principal responsável por esse fato, pois não foram apresentados indicadores relacionados a 2008 e 2009.

O Bradesco, por sua vez, foi o banco que possuía a maior quantidade de itens disponibilizados (93%) em 2007 e que apresentou uma redução significativa no período analisado para 47% em 2009. Os subgrupos que mais contribuíram para essa redução foram: biodiversidade, emissões e produtos e serviços.

O BRB foi a instituição com maior evolução nominal, passando de 30% de presença de itens em 2007 para 83% em 2009. Por fim, observa-se que no período, 4 bancos (Banestes, Nossa Caixa, Banpara e Basa) não apresentaram qualquer indicador social recomendado pela GRI.

4.3 Indicadores de desempenho social

De acordo com o GRI, a dimensão social é representada por 12 indicadores, conforme exibe o Quadro 4.

LA1 - Total de trabalhadores por tipo de emprego contrato de trabalho e região
LA2 – Numero total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região
LA3 - Benefícios oferecidos a empregados
LA4 - Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva
LA5 - Prazo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais
LA6 - Comitês formais de segurança e saúde
LA7 - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região
LA8 - Assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves
LA9 - Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos
LA10 - Média de horas de treinamento por ano
LA11 - Gestão de competências e aprendizagem contínua
LA12 - Análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira

Quadro 4 – Indicadores sociais

Fonte: GRI (2010)

A Tabela 3 exibe os resultados obtidos por meio da análise das informações divulgadas pelos bancos que compuseram a amostra para a dimensão social do GRI.

Tabela 3 – Presença de indicadores sociais

Instituição	SOCIAL		
	2007	2008	2009
Itaú	100%	100%	100%
BRB	100%	100%	100%
Real	100%	100%	100%
Unibanco	83%	100%	100%
Banrisul	75%	100%	100%
Bradesco	67%	100%	100%

CEF	42%	100%	100%
BB	75%	75%	75%
Santander	67%	67%	67%
Banese	58%	58%	58%
HSBC	58%	58%	58%
Basa	58%	58%	58%
Banestes	33%	33%	33%
Nossa Caixa	8%	17%	17%
Besc	0%	0%	0%
Banpara	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise dos dados contidos na Tabela 3 permite verificar que a dimensão social é a que conta com maior quantidade de instituições que apresentam 100% dos 12 indicadores recomendados pelo relatório GRI. Observam-se que são 7 bancos (Itaú, BRB, Real, Unibanco, Banrisul, Bradesco e CEF) que disponibilizaram informações integrais em 2009, sendo que 3 deles (Itaú, BRB e Real) já demonstram esse nível desde 2007.

Nesse aspecto, verifica-se que 5 instituições evoluíram a quantidade total de itens disponibilizados (Unibanco, Banrisul, Bradesco, CEF e Nossa Caixa) e que as demais instituições mantiveram a mesma quantidade de indicadores no período, destacando-se que Besc e Banpara continuaram a não apresentar informações sociais preconizadas pelo relatório GRI.

5 Considerações finais

O aumento do nível de divulgação de informações voluntárias sobre o desempenho corporativo em dimensões de sustentabilidade tem sido uma das características do ambiente empresarial nas últimas décadas.

A adoção de relatórios padronizados para expressar o envolvimento e os resultados das organizações com relação aos aspectos econômicos, ambientais e sociais permite a comparabilidade dos esforços e da situação de cada instituição e, nesse sentido, o GRI tem se mostrado o relatório mais utilizado por empresas americanas, européias e brasileiras.

Este estudo abordou o tema sustentabilidade no âmbito das instituições financeiras bancárias brasileiras de modo a se apresentar uma análise comparativa do nível de divulgação das informações relativas às dimensões de desempenho econômico, ambiental e social, de acordo com o GRI, no período de 2007 a 2009.

A análise dos resultados permitiu verificar que, de forma geral, a dimensão social é aquela que mais atrai a atenção e esforços dos bancos para a respectiva divulgação de resultados e que os indicadores das dimensões ambientais e econômica, apesar de presentes na maioria das observações da amostra, ainda não contam com 100% de evidenciação.

Os resultados deste estudo sugerem que os bancos brasileiros, que compuseram a amostra, estão em linha com as empresas americanas (SIRAN, 2009) e algumas do mundo (KPMG, 2008) no que concerne à divulgação de informações de sustentabilidade, visto que a análise do relatório GRI permitiu acompanhar a evolução dessas instituições de 2007 a 2009. As informações disponibilizadas aos *stakeholders* externos por esses bancos mostraram-se, de forma geral, consistentes e abrangentes, muito embora ainda não tenham atingido a totalidade nas três dimensões.

Entende-se que a divulgação de elementos de sustentabilidade contribui para a redução da assimetria informacional entre os diferentes grupos que possuem interesse sobre o

desempenho empresarial na medida em que os gestores tomam decisões de investimentos em suas organizações que possam trazer benefícios econômicos para os acionistas e que os investidores, ao avaliarem uma opção de investimento, consideram importantes ações sustentáveis praticadas pelas empresas, pois os impactos gerados por sua não aplicação podem comprometer seus ganhos monetários. Adicionalmente, a adoção de relatórios padronizados pode favorecer o planejamento e a execução das atividades de preparação e divulgação das informações, contribuindo para a redução de custos da informação.

Como sugestão para novos estudos tem-se a verificação de possível correlação entre as práticas de sustentabilidade divulgadas e variáveis relacionados à agregação de valor empresarial.

Referências

ANDERSON, J.C.; FRANKLE, A.W. Voluntary social reporting: an iso-beta portfolio analysis. **The Accounting Review**, v. 55, n. 3, p. 467-479, Jul. 1980.

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado Financeiro: aspectos históricos e conceituais**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

AUPPERLE, W.F., CARROLL, A.B. AND HATFIELD, J.D. An empirical examination of the relationship between corporate social responsibility and profitability, **Academy of Management Journal**, v. 289, n.2, pp. 446-63, 1985.

BEUREN, I.M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BHOJRAJ, S. et al. Voluntary disclosure in a multi-audience setting: an empirical analysis. **The Accounting Review**, v. 79, n. 4, p. 921-947, 2004.

BOTOSAN, C. A. Disclosure level and the cost of equity capital. **The Accounting Review**, v. 72, n. 3, p. 323-349, 1997.

DINGWERTH, K.; EICHINGER, M. Tamed transparency: how information disclosure under the Global Reporting Initiative fails to empower. **Global Environmental Politics**, v.10, n.3, pp. 74-96, 2010.

ENG, L. L.; MAK, Y. T. Corporate governance and voluntary disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, n. 22, p. 325-345, 2003.

FRANCIS, Jennifer et al. Voluntary disclosure, earnings quality, and cost of capital. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 53-99, Jan. 2008.

FERGUSON, Niall. **A Ascensão do Dinheiro**. São Paulo: Editora Planeta, 2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. *Reporting G3 Guidelines*. Disponível em <<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Guidelines/>>. Acessado em 19 de junho de 2010.

GOMES, E. A. Estudo sobre os níveis de disclosure adotados pelas empresas brasileiras e custo de capital. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

GRAY, R.; KOUTHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p.77-108, 1996.

HAIL, L. The impact of voluntary corporate disclosures on the ex-ante cost of capital for Swiss firms. **European Accounting Review**, v. 11, n. 4, p. 741-773, 2002.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO ETHOS. Relatório de sustentabilidade GRI. Disponível em <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acessado em 19 de junho de 2010.

KPMG. International survey of corporate responsibility reporting 2008. Disponível em <<https://www.kpmg.com/Global/IssuesAndInsights/ArticlesAndPublications/Pages/Sustainabilitycorporate-responsibility-reporting-2008>>. Acessado em 13 de junho de 2010.

LANZANA, A.P. Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras. São Paulo, 2004. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2004.

MILANI FILHO, M.A.F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.19, n. 47, 2008.

NELSON, Morton. et al. Improved accountability disclosures by Canadian universities. **Canadian Accounting Perspectives**, v. 2, n. 1, p. 77-108, 2003.

NIELSEN, C.; MADSON, M. T. Discourses of transparency in the intellectual capital reporting debate. **Critical perspectives on accounting**, n. 20, p.847-854, 2009.

O'DWYER, Brendan. Conceptions of corporate social responsibility: the nature of managerial capture. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 16, n. 4, p. 523-557, 2003.

OLIVEIRA, J. A.P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE–Eletrônica**, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005.

RAMANATHAN, K. Toward a theory of corporate social accounting. **The Accounting Review**, v. 51, n. 3, p. 516-528, July. 1976.

SOCIAL INVESTMENT RESEARCH ANALYSTS NETWORK - SIRAN. Sustainability Reporting by S&P 100 Companies Made Major Advances From 2005-2007. Disponível em <<http://www.pmewswfre.com/cgi-bin/stories.pl?ACCT=109&STORY=/www/storv/07-17-2008/0004851053&EDATE>>. Acessado em 14 de junho de 2010).

TILT, Carol A. The influence of external pressure groups on corporate social disclosure: some empirical evidence. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 7, n. 4, p. 47-72, 1994.

ULLMANN, A. Data in search of a theory: a critical examination of the relationships among social performance, social disclosure, and economic performance of US firms. **The Academy of Management Review**, v. 10, n. 3, p. 540-557, July. 1985.